REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 34 No. 1 Janeiro – Abril 2021

ARTIGO

ACERVOS ARQUEOLÓGICOS MUSEALIZADOS E GESTÃO NO MAnA-UFU: POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÕES, APROPRIAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES NO DIÁLOGO COM AS HISTÓRIAS, IDENTIDADES, ALTERIDADES E ETNICIDADES INDÍGENAS REGIONAIS

Robson Rodrigues*, Marcel Mano**, Aurelino José Ferreira Filho***

RESUMO

Acervos arqueológicos resultantes dos resgates realizados nas décadas de 1980-90, na bacia do rio Araguari, Minas Gerais, se constituem em uma expressiva coleção que não recebeu tratamento e destinação adequados. Um grande esforço coletivo está permitindo, porém, a realização de algumas reflexões dessa coleção em relação a um trabalho transdisciplinar para a constituição do MAnA-UFU. Para ilustrar esse esforço, neste artigo o exercício será de, por um lado, cotejar parte desse material com fontes documentais; e, por outro, indicar os possíveis diálogos e apropriações de acervos musealizados por parte das populações indígenas atuais. Se bem-sucedida, essa tentativa abrirá possibilidades de pesquisas, gestão e guarda desse acervo na perspectiva dos diálogos, num movimento que gera elementos e sentimentos de pertencimento.

Palavras-chave: acervos musealizados; ressignificações; História Indígena.

* Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Arqueologia é pós doutorando em Ciências Sociais e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCCS/INCIS/UFU.

E-mail: robson_arqueo@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2679-5414>.

** Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Antropologia é professor associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCS/INCIS/UFU e Programa de Pós-Graduação em História - PPGHI/INHIS/UFU. E-mail: marcelmano@ufu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0373-104X>.

*** Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em História é professor do Instituto de Ciências Humanas do Pontal/UFU e pós doutorando no PPGCS/INCIS/UFU. E-mail: aurelino.ufu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1746-8155>.

MUSEALIZED ARCHEOLOGICAL COLLECTIONS AND MANAGEMENT IN MANA-UFU: POSSIBILITIES OF INTERPRETATIONS, APPROPRIATIONS, RESIGNIFICATIONS, IN DIALOGUE WITH THE HISTORIES, IDENTITIES, ALTERITIES AND REGIONAL INDIGENOUS ETHNICITIES

ABSTRACT

Archaeological collections resulting from the rescues carried out in the 1980s-1990s in the Araguari River basin, Minas Gerais, constitute a significant collection that has not received adequate treatment and destination. However, a remarkable collective effort has been allowing some reflections about the transdisciplinary work for the constitution of MAnA-UFU. In this article, to illustrate this effort, the exercise will be, on the one hand, to compare part of this material with documentary sources; and, on the other hand, to indicate the possible dialogues and appropriations of musealized collections by the current indigenous populations. If successful, this attempt will open up possibilities for research, management, and storage of this collection from the perspective of dialogues, in a movement that generates elements and feelings of belonging.

Keywords: musealized collections; resignifications; Indigenous History.

COLECCIONES ARQUEOLÓGICAS MUSEALIZADAS Y GESTIÓN EN EL MAnA-UFU: POSIBILIDADES DE INTERPRETACIONES, APROPIACIONES, RESIGNIFICACIONES EN EL DIÁLOGO CON LAS HISTORIAS, IDENTIDADES, ALTERIDADES Y ETNICIDADES INDÍGENAS REGIONALES

RESUMEN

Los acervos arqueológicos resultantes de los rescates realizados en los años 80-90 en la cuenca del río Araguari, Minas Gerais, se constituyen en una expresiva colección que no ha recibido tratamiento y destino adecuados. Un gran esfuerzo colectivo está permitiendo, sin embargo, la realización de algunas reflexiones de esta colección en relación con un trabajo transdisciplinario para la constitución del MAnA-UFU. Para ilustrar ese esfuerzo, en este artículo el ejercicio será de, por un lado, comparar parte de ese material con fuentes documentales; y, por otro, señalar los posibles diálogos y apropiaciones de colecciones musealizadas por las poblaciones indígenas actuales. Si este intento tiene éxito, abrirá posibilidades de investigación, gestión y custodia de este acervo en la perspectiva de los diálogos, en un movimiento que genera elementos y sentimientos de pertenencia.

Palabras clave: colecciones de museos; resignificaciones; Historia Indígena.

INTRODUÇÃO

Neste artigo teceremos algumas reflexões iniciais acerca do trabalho desenvolvido na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais¹, para a constituição do Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Uberlândia – MAnA-UFU². O acervo do museu será composto de um vasto material lito-cerâmico, metálico, vítreo, dentre outros, resultante dos resgates arqueológicos desenvolvidos na construção das Usinas Hidrelétricas Miranda e Nova Ponte nas décadas de 1980-90, localizadas, respectivamente, nos municípios de Indianópolis e Nova Ponte, ambas às margens do rio Araguari. Essa expressiva coleção arqueológica está há vinte e cinco anos inadequadamente depositada em edifício da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, em Nova Ponte, e a ela não foi dada, ainda, tratamento e/ou destinação adequados, entendidos aqui como um conjunto de procedimentos que engloba o tripé preservação (diagnóstico, higienização, tratamentos, recuperação e restauro, curadorias, gestão e conservação); pesquisa (acadêmico-científica ou não); e extroversão (exposição, publicações e educação patrimonial), entre outros procedimentos que compõem a cadeia operatória da museologia.

Em face dessa realidade, os trabalhos para a constituição do MAnA-UFU, iniciados em 2017, *pari passu* à obtenção da guarda das coleções arqueológicas, já na eminência de sua conclusão, nos colocam diante de aspectos inerentes a processos de musealização de acervos arqueológicos constituídos a partir de passivos resultantes de salvamentos em grandes empreendimentos públicos ou privados no Brasil. Portanto, este artigo pretende ser um ensaio para uma primeira aproximação, mesmo que de maneira ainda experimental, com processos de gestão e guarda a partir de uma perspectiva transdisciplinar entre a Arqueologia, a Antropologia e a História indígena, buscando dialogar com a complexidade arqueológica, histórica e social das coleções já salvaguardadas, como discutiremos adiante.

Para isso, a leitura de parte desse acervo será aqui realizada por dois caminhos não excludentes. Por um lado, em vista do fato de parte desse material corresponder a aldeamentos (de) indígenas do período colonial, será realizado o cotejamento com fontes documentais sobre a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG entre os séculos XVIII e XIX. Por outro, e dada à existência de autodeclarantes indígenas em contexto urbano em cidades da região, serão ensaiados possíveis diálogos e apropriações de acervos musealizados por parte de sujeitos e/ou grupos autodeclarantes de ascendência indígena. Se bem sucedida, essa tentativa deve abrir possibilidades profícuas de pesquisas, gestão, guarda e extroversão de acervos na perspectiva dos diálogos entre Arqueologia, Etnologia, História indígena regional e a Museologia social.

Sendo assim, neste artigo lançaremos algumas reflexões iniciais que colocarão parte desse acervo em relação ao contexto histórico e sociocultural no qual foi produzido, usado e descartado; e aos processos de interpretação, apropriação e usos que podem ser realizadas pelas populações indígenas atuais.

¹ A região do atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, conta com um importante conjunto de sítios arqueológicos que se encontra, no entanto, permanentemente ameaçado, seja pela ação do tempo e por diferentes empreendimentos, como pela inexistência, até o momento, de instituição no âmbito regional apta a receber, dar tratamento e vazão adequados aos acervos constituídos a partir de pesquisas nesses contextos.

² O MAnA-UFU, em fase final de constituição, será um espaço responsável por realizar pesquisas, curadoria, guarda e extroversão de acervos antropológicos e arqueológicos oriundos de pesquisas ou de doações diversas realizadas na região definida atualmente pelo sul de Goiás, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, norte de São Paulo e leste de Mato Grosso do Sul, sendo uma Instituição endossada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN para fins de Guarda de Acervos. Para mais informações a respeito da constituição, objetivos e ações do museu ver: Mano *et al.* (2020).

UHEs NOVA PONTE E MIRANDA: BREVE HISTÓRICO DOS ACERVOS ARQUEOLÓGICOS

O histórico dos acervos resultantes da construção das usinas hidrelétricas Miranda e Nova Ponte pode ser revelador de narrativas mais amplas e complexas, análogas às trajetórias e condições de conservação e guarda de outros acervos arqueológicos, passivos de salvamentos em empreendimentos de geração de energia no Brasil.

As pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito da proteção ambiental para as instalações das UHEs foram executadas em diferentes etapas ao longo das décadas de 1980 e 1990³, envolvendo os municípios de Nova Ponte, Sacramento, Pedrinópolis, Santa Juliana, Perdizes, Iraí de Minas, Patrocínio e Serra do Salitre, a partir da área de impacto da UHE Nova Ponte. Já a UHE Miranda envolveu os municípios de Uberlândia, Uberaba, Indianópolis e Nova Ponte, todos os municípios do Triângulo Mineiro-MG, como se pode observar na Figura 1.

Essas pesquisas ocorreram em um momento de mudanças dos marcos legais em curso na história da preservação ambiental brasileira, principalmente a partir da criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Lei nº 6.938 de agosto de 1981, órgão responsável pela formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente. Para isso, estabeleceu, por meio da Resolução 001 de janeiro de 1986, as definições das responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação de Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira.

Para a UHE Nova Ponte, as pesquisas ocorreram em duas etapas de acordo com as fases de desenvolvimento do licenciamento ambiental da mesma. A primeira etapa ocorreu entre 1987 e 1988. Neste ano, com o desvio do rio Araguari, e com o cumprimento das exigências ambientais, detectou-se a ocorrência de 13 sítios arqueológicos, principalmente nos municípios de Nova Ponte e Perdizes (CEMIG/LEME, 1995).

Essa etapa, executada por uma equipe da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, realizou o levantamento do patrimônio arqueológico dentro do escopo dos estudos ambientais. E, apesar das recomendações de se dar continuidade às pesquisas de campo, essas só aconteceram 4 anos depois, em uma segunda etapa, agora definida como Programa de Salvamento Arqueológico da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, realizada no período de 1992 a 1995. Por essa ocasião, equipes de pesquisadores ligados à Universidade Federal de Minas Gerais - Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico - MHNJB-UFMG e à Universidade Federal do Paraná - Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - CEPA/UFPR, se integraram ao Programa.

Cada equipe produziu seus respectivos relatórios. Os levantamentos, estudos e conclusões efetuadas pelo Setor de Arqueologia do MHNJB-UFMG, nas áreas que lhe coube pesquisar, geraram como resultado a localização de 81 sítios arqueológicos, 29 ocorrências⁴ e 3 sítios históricos, nas 10 campanhas realizadas entre julho de 1992 e abril

³ Vale destacar que nesse momento da história da pesquisa arqueológica em Minas Gerais, a região do Triângulo Mineiro-MG era praticamente desconhecida. Como referência se conhecia apenas as publicações de autoria da arqueóloga Márcia Angelina Alves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, a partir do projeto Quebra-Anzol, criado na década de 1980.

⁴ Como as referências e metodologias das respectivas universidades eram divergentes, alguns termos aparecem como “referência de ocorrências arqueológicas” e não “indícios arqueológicos”. O primeiro termo está associado à localização de elementos materiais fortuitos e sem contexto definido. Já o termo “indício” acaba sendo mais amplo, pois envolve conjuntos de elementos materiais em contexto, mas desprovidos de estruturas ou mesmo que sofreram descaracterizações antrópicas, porém não se caracterizando como um sítio arqueológico.

de 1994. Nos setores pesquisados pelo CEPA-UFPR, foram identificados 37 sítios arqueológicos e 30 locais com indícios de sítios.

Do acervo total em torno da UHE Nova Ponte, as pesquisas geraram a formação de 180 coleções líticas, cerâmicas, metálicas etc., constituídas por 32.463 peças. Durante a curadoria e análise foram rejeitadas outras 2.154 peças, representadas por pequenos fragmentos de cerâmica erodida e seixos-rolados. Após a conclusão, o acervo reduziu-se a 30.309 peças⁵ (CEMIG/LEME, 1995).

Figura 1 – Mapa da região apresentando o contexto das áreas de influências das UHEs Nova Ponte e Miranda, com destaque para os municípios afetados pelos empreendimentos. Elaborado por Robson Rodrigues e Juliana Alves Rodrigues (2020), Fundação Araporã/UFU.

⁵ O acervo, além das peças arqueológicas, conta também com os documentos gerados pelas pesquisas, a saber: os relatórios finais de pesquisas, arquivos das fichas de registros de sítios arqueológicos; mapas de restituição topográfica e ortofotografia em escala 1:5.000 e 1:10.000; e relatório fotográfico.

O Programa de Salvamento Arqueológico da UHE Miranda foi executado pelo CEPA-UFPR⁶ e as pesquisas de campo ocorreram entre março de 1995 a junho de 1997. Durante a pesquisa de campo, o CEPA-UFPR identificou, registrou e mapeou sítios e indícios arqueológicos que foram arrolados no salvamento dos sítios. Esses sítios se relacionam, principalmente, a grupos pré-cerâmicos e cerâmicos, bem como se associam a assentamentos coloniais, pós-coloniais e modernos, de acordo com a classificação definida pela equipe de pesquisa a partir da categoria de Tradição Arqueológica (CEMIG/IESA, 2001). Já os trabalhos de curadoria e análise, do acervo arqueológico gerado com as pesquisas, ocorreram nas dependências do Laboratório do CEPA/UFPR, em Curitiba, se encerrando em 2001 com a entrega do acervo ao Museu da CEMIG (CEMIG/IESA, 2001), onde permanece até o presente momento, embora em fase de transição de sua guarda para o Museu de Antropologia e Arqueologia – MAnA-UFU.

As pesquisas de campo resultantes do processo de salvaguarda da UHE Miranda proporcionaram o registro de 194 evidências associadas a 44 ocupações humanas, dentre as quais 50 foram consideradas sítios arqueológicos por apresentarem áreas definidas, estruturas e volume de traços arqueológicos condizentes com implantações mais prolongadas. O restante foi registrado como indícios resultantes das diversas atividades periféricas desenvolvidas pelas populações pretéritas. Dos 194 indícios registrados, 96 foram representados por artefatos líticos e/ou resíduos de lascamento, e 98 por fragmentos de recipientes cerâmicos, totalizando 151 coleções. Foram manuseadas 52.239 peças oriundas de campo. Após a curadoria, o acervo reduziu-se a 48.395 peças (CEMIG/IESA, 2001).

DE UM ACERVO *IN SITU* A UM ACERVO MUSEALIZADO

Em decorrência do processo de privatização da UHE Miranda, até então gerenciada pela Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG, e adquirida, em 2017, pelo Consórcio Engie Brasil em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, uma questão se colocou: o que fazer com os acervos arqueológicos constituídos a partir dos salvamentos realizados durante o processo de construção da UHEs Miranda e Nova Ponte⁷, até então definido como passivo da CEMIG?

Durante a fase de gestão do patrimônio arqueológico, um edifício próprio foi construído no município de Nova Ponte, nas dependências da UHE, especialmente para salvaguardar as coleções provenientes das pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas áreas de influência das duas UHEs, denominado Museu da CEMIG⁸. Em visita técnica realizada ao acervo, em 2017⁹, constatou-se que as condições de armazenagem do acervo se encontravam de acordo com as orientações definidas pela curadoria do mesmo ainda nos anos 1990¹⁰, portanto, sendo adequadas para aquela legislação. No entanto, passados 25 anos, ele necessita de adequação à nova legislação vigente, principalmente à Portaria 196 de maio de 2016 do IPHAN¹¹, bem como de ações para a definição de uma gestão integrada de acervos. Em face da possibilidade de transferência do acervo, a principal preocupação foi com a movimentação e deslocamento do mesmo para outros ambientes,

⁶ Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.

⁷ Atualmente a UHE Nova Ponte ainda é gerenciada pela CEMIG.

⁸ Observar Figura 1 com a indicação da localização.

⁹ Esta visita técnica foi realizada pelo arqueólogo Robson Rodrigues a convite da equipe técnica da CEMIG para uma avaliação a respeito da atual situação do acervo, tendo em vista o desejo da empresa de proceder à transferência para outra instituição de guarda, como parte da resolução do passivo para a privatização da UHE.

¹⁰ Como já relatado anteriormente.

¹¹ Que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.

tendo em vista que, devido ao tempo de seu acondicionamento e do modo que ali ficou sem alteração de sua condição inicial, a falta de manutenção e a não renovação de sua curadoria ocasionaram a degradação das embalagens e isso pode ter impactado o acervo.

Figura 2 – Registro fotográfico do acervo arqueológico depositado nas dependências do Museu da CEMIG, realizado pelos autores, apresentando a forma de acondicionamento do acervo da UHE Nova Ponte contando com empilhamento em colunas de três caixas vazadas pretas, suporte em pedestal de concreto, demarcação do acervo na face externa da caixa plástica e embalagens em sacos plásticos e de papelão no interior.
Nova Ponte – MG, Maio, 2020. Elaborado por Aurelino José Ferreira Filho (2020).

Uma nova vistoria técnica ao acervo arqueológico da UHE Nova Ponte, nas dependências do Museu da CEMIG, foi realizada em 2018, dessa vez pela Superintendência do IPHAN no Estado de Minas Gerais. A partir da observação de amostragem aleatória, verificou-se que o material passou por curadoria e interpretação, porém anotou-se que alguns procedimentos definidos no Manual de Operação do acervo arqueológico, elaborado pela Leme Engenharia para a CEMIG (LEME ENGENHARIA, 1995), não foram executados. Outro problema identificado diz respeito ao empilhamento das caixas plásticas vazadas, desgastadas e sobrepostas indevidamente e, por isso, com possibilidade de comprometimento das coleções (SOUZA, 2018).

Constatou-se, também, que na documentação do acervo constavam 36 caixas de materiais referentes especificamente a UHE Miranda. Entretanto, o material fora transferido para a empresa Consórcio Engie Brasil por ocasião da venda da mesma para aquele consórcio, e ainda, que o acervo arqueológico depositado nas dependências do Museu da CEMIG necessita da continuidade na curadoria da coleção, tendo em vista que o material corre riscos de deterioração. Portanto, são necessárias medidas urgentes que visem assegurar a preservação das informações resgatadas durante as pesquisas de campo, ainda na década de 1990, em diversos sítios arqueológicos, de modo a adequar a metodologia de registro, inventário, curadoria preventiva e salvaguarda às exigências da Portaria IPHAN 196 de 2016 (SOUZA, 2018) e, ao mesmo tempo, que visem reler as informações do acervo a partir de uma arqueologia em diálogo com a etnologia, a história e as populações indígenas atuais.

Para construir esse espaço em outra linha de ação, os autores, como parte dos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia, Arqueologia e História Indígena-GEPAEHI - PPGCS - UFU do qual fazem parte, estabeleceram diálogos com o Ministério Público Federal - MPF, a partir da sua Procuradoria em Uberlândia-MG, para que, por meio do inquérito civil no. 1.22.003.000314/2018-05, se observasse o regramento definido na legislação federal de proteção e preservação de patrimônio

arqueológico, especificamente no que tange à guarda e conservação adequada daquele acervo.

Após várias tratativas, com o objetivo de se garantir a guarda e preservação adequada do acervo instalado no Museu da CEMIG, mas em precárias condições de armazenamento, em 2019 as empresas arroladas no processo, CEMIG e Engie Brasil, acordaram em financiar o trabalho inicial de transferência definitiva daqueles acervos para a Universidade Federal de Uberlândia - UFU, mediante a contrapartida, por parte da Universidade, da criação de instituição de guarda para recebê-lo, de forma a garantir adequadamente sua preservação, pesquisa e extroversão, etapa que já se encontra em fase conclusiva com a criação do Museu de Antropologia e Arqueologia – MAnA-UFU¹².

As tratativas, envolvendo instâncias como a Universidade e o Ministério público, embora não exploradas aqui, por si só são significativas para pensarmos processos de musealização de acervos constituídos a partir de passivos resultantes de grandes empreendimentos, como já apontado inicialmente.

Figura 3 – Registro fotográfico do acervo arqueológico depositado nas dependências do Museu da CEMIG em Nova Ponte, realizado pelos autores, apresentado a forma de acondicionamento do acervo arqueológico da UHE Miranda contando com empilhamento em colunas de três caixas vazadas azuis, suporte em pedestal de concreto, demarcação na face externa e embalagens em sacos de pano no interior, embalagem de conjuntos arqueológicos em caixas de papelão que estão se deteriorando e expondo as peças do acervo.

Nova Ponte – MG, Maio, 2020. Elaborado por Aurelino José Ferreira Filho (2020).

O SÍTIO COLONIAL MG 81 - REGISTRO DO RIO DAS VELHAS.

Tomados em seu conjunto, os acervos indicam um contexto arqueológico regional no mínimo complexo. Os relatórios iniciais (CEMIG/LEME, 1995, p. 331-333) concluíram pela existência de diferentes horizontes de ocupações que vão desde grupos caçadores-coletores, passando por grandes aldeias associadas à Tradição Aratu (1170/1320 até 1890), aldeias associadas à Tradição Tupiguarani (1440 d.C.) e assentamentos associados à Tradição Neobrasileira¹³. Esse rico acervo e o contexto que ele desenha são, porém, ainda completamente inexplorados em face das condições atuais de sua guarda e gestão. Entretanto, e apesar de nos encontrarmos no início dos trabalhos

¹² Observar Figura 1 com a indicação da localização.

¹³ O termo “Tradição Neobrasileira” aqui e doravante utilizado é feito em referência aos relatórios iniciais que trataram do acervo. Por ser um termo colonialista baseado em ideias já superadas acerca da assimilação ou aculturação indígenas, ao longo do novo tratamento que o MAnA-UFU dará ao acervo, espera-se descartá-lo em favor de uma visão decolonial na qual confluem conceitos como transculturalidade ou interculturalidade, mais próximos das realidades vividas pelos aldeamentos indígenas em contextos coloniais, tal como aparece neste artigo.

de pesquisa com os mesmos, podemos afirmar que se trata do registro físico de um contexto de relações de contatos entre diferentes grupos. E isso é importante, afinal, foi aí que se desenvolveram os processos de produção, conservação, circulação, uso e descarte das peças e dos fragmentos que compõem as coleções.

Dentre elas, nos interessa aqui uma em particular, oriunda do contexto do resgate arqueológico da UHE Miranda e registrado pela já citada equipe de pesquisa como sítio MG 81: Registro do Rio das Velhas. Ele estava situado na margem direita do rio Araguari, numa área de 1.884 m², com declividade bem suave, contendo dois horizontes de ocupações humanas: uma mais antiga e pré-colonial com a presença de vestígios líticos e uma mais recente, do período colonial.

No contexto da ocupação colonial, “raros fragmentos de telhas goivas foram encontradas na superfície do solo” (CEMIG/IESA, 2001, p. 340). Com o avanço das escavações, a investigação do terreno evidenciou a “função espacial do sítio” e apresentou “quatro estruturas habitacionais, três delas alinhadas em sentido leste-oeste e uma um pouco deslocada para o sul. Ao norte, foi registrada uma estrutura caracterizada por uma laje de argila queimada, provavelmente ligada à produção de cerâmica” (CEMIG/IESA, 2001, p. 341).

No decorrer da escavação no ambiente intra-sítio, de acordo com o resultado das pesquisas de campo, além das telhas goivas, foram evidenciadas, até atingir o piso em 40 cm, diferentes estruturas contendo conjuntos de fragmentos de recipientes cerâmicos; fragmentos de louça; fragmentos de vidro como frascos, garrafas, contas de colar e miçangas; metal como crucifixo, pregos de ferreiro, fragmentos de faca e grampos; esferas de chumbo; pederneira; e peças líticas. Além disso, identificaram-se buracos de esteiro e blocos de argila crua associada a restos de adobe e de taipa, indicando possibilidades de construções; e estrutura de combustão associada a um fogão de chão com restos alimentares vegetais, ossos e dentes de animais (CEMIG/IESA, 2001, p. 341).

Figura 4 – Planta da escavação do sítio MG 81: Registro do Rio das Velhas identificando as estruturas habitacionais a partir das hachuras. Fonte: CEMIG/IESA (2001, p. 341).

O material cerâmico manufaturado coletado foi associado ao uso doméstico, produzido com técnica a partir do acordelado e de modelagem. A coleção permitiu a reconstituição de 16 formas de vasilhas associadas a pratos, assadores, tigelas, panelas e jarros, com registro de 20 tipos de acabamento de superfície, sendo 4 simples e 16 decoradas entre pintadas e plásticas. Em muitas peças apareceram apliques modelados como alças, asas, tampas, além de cachimbos (CEMIG/IESA, 2001). A cerâmica industrializada compreendeu as variedades torneada, vidrada e moldada, louça grés, faiança, faiança fina e porcelana.

No trabalho de campo para resgate arqueológico foram praticados cortes-estratigráficos (100 cm²) e cortes-experimentais (20 cm²) com intervalos variados, orientados em linhas a partir de coordenadas geográficas. No aspecto indígena, o conjunto de tipos decorados da cerâmica apontou para uma influência Tupiguarani.

Para definição das estruturas habitacionais, “os cortes praticados não foram suficientes, entretanto, para a perfeita determinação das suas plantas; para isso seriam necessárias escavações mais amplas” (CEMIG/IESA, 2001, p. 341). Porém, essas escavações não aconteceram e as pesquisas de campo foram encerradas apenas com o que se conseguiu resgatar.

Artefatos produzidos a partir de rochas também foram resgatados, como as pederneiras em silexito e resíduos de seu lascamento, abrasadores e alisadores de recipientes cerâmicos, além de panelas polidas. Das fogueiras destacaram-se materiais ósseos da fauna doméstica e da fauna silvestre, dentre os quais um foi retocado como ponta. Também foram recolhidos grãos de milho e fragmentos de sabugos carbonizados que contribuíram para a compreensão das práticas agrícolas e hábitos alimentares.

Um aspecto a ser destacado nesse sítio diz respeito à localização de escória de fundição de ferro evidenciada a partir da escavação de uma fogueira envolvendo blocos de rocha da primeira estrutura habitacional, o que aponta para uma prática não registrada nos documentos históricos para o período em questão (CEMIG/IESA, 2001, p. 404).

Outro aspecto que a equipe de pesquisa que realizou o resgate arqueológico apontou é que esse sítio arqueológico histórico, “[...] apresenta-se centralizado pela cidade de Indianópolis, derivada da Vila de Sant’Anna do rio das Velhas [...]” (CEMIG/IESA, 2001, p. 402), e a dispersão das demais informações arqueológicas encontradas no entorno dessa área “[...] sugere a sua interdependência com aquela vila histórica” (CEMIG/IESA, 2001, p. 403). Portanto, esse sítio correspondia a um aldeamento indígena colonial do século XVIII e essa evidência permite colocá-lo em relação às histórias dos contatos conforme as fontes documentais para o aldeamento de Santana do rio das Velhas.

HISTÓRIA DOS CONTATOS NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARAÍBA-MG E AS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ARQUEOLOGIA COLONIAL REGIONAL

Estudos antropológicos e documentais (ALVES, 2017; MANO, 2015; MORI, 2015; ASNIS, 2019) já mostraram, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, uma malha de relações entre diferentes grupos da família linguística Jê entre si e entre os não índios, com outros índios aldeados durante o período colonial e com os negros fugidos da escravidão.

De forma inaugural, a aproximação e o diálogo entre essas fontes pode ser feito aqui com o material oriundo do sítio MG 81 - Registro do rio das Velhas, sítio correspondente ao antigo aldeamento de Santana do Rio das Velhas, fundado na virada da primeira metade do século XVIII e para o qual existe, em correlato, uma farta documentação histórica. Portanto, uma história dos grupos, sujeitos, signos e interesses em relação nesse aldeamento pode contribuir para a interpretação de seus vestígios arqueológicos.

A política dos aldeamentos nos atuais Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, da qual fez parte a criação de Santana, esteve, desde o início, associada aos ataques de grupos indígenas conhecidos nas fontes como Cayapó¹⁴. Desde pelo menos o início da década de 1740 as autoridades coloniais já tinham declarada contra eles uma “guerra positiva” que deveria continuar “[...] até o domesticar, ou afugentar, e extinguir” (MASCARENHAS, [1745], 1896a, p. 186). Considerada uma das mais longas e sangrentas guerras entre índios e não-índios na América colonial portuguesa, ela contou com o apoio do aldeamento de indígenas transferidos de outras partes da colônia e administrados por Antônio Pires de Campos. Em cumprimento à ordem real de 8 de maio de 1746, em 1748 o governador de Goiás, d. Luís de Mascarenhas, celebrou ajuste com aquele sertanista para aldear índios Bororo na região do atual Triângulo Mineiro.

Que o dito Coronel se arranche, e estabeleça na paragem chamada *Rio das Pedras* por ser mais cômoda para o sustento dos ditos Bororos, [...]

Que crescendo o número dos Bororos será obrigado a ter um lote deles na paragem chamada *Lanhozo* [...] (MASCARENHAS, [1748] 1986b, p. 210-211)

Rio das Pedras, fundado em 1748, estava localizado no sertão do gentio Cayapó à margem do caminho que ligava São Paulo à Vila Boa de Goiás, entre o rio das Velhas (atual Araguari) e o Paranaíba. Lanhozo, fundado anos depois, localizava-se mais ao sul desse mesmo caminho, próximo ao rio Uberaba, afluente do Grande. O aldeamento de Santana do Rio das Velhas, do qual resulta o acervo do sítio MG 81, está, como os outros dois, associado às mesmas práticas coloniais de aldeamentos indígenas empreendidas por luso-brasileiros. Ele foi idealizado para receber índios Araxá que, por volta de 1749-1751, estavam sofrendo ataques de grupos Cayapó. Em carta de 1749, o governador de Goiás noticiou ao rei que “[...] o gentio Arachás, que vive sobre a passagem do rio Grande que vai para São Paulo, tem pedido que querem missionário e que querem ser governados por homens brancos” (NORONHA, 1749). Embora esses índios não pareçam ter sido aldeados, “[...] porque, da nação Arachás, não ficou mais do que mortos, porque os homens extinguiu, o gentio Caiapó, totalmente” (NORONHA, 1751a), o aldeamento de Santana foi construído às custas da Fazenda Real tendo à frente padres jesuítas transferidos do colégio de São Paulo e o sertanista Antônio Pires de Campos. Naquela mesma carta de 1749, o governador de Goiás informou que:

[...] tinha escrito ao reitor da Companhia do Colégio de São Paulo [...]. Em os últimos dias do mês de novembro chegaram com ele os dois padres a esta vila donde presentemente ficam esperando [...]. Logo que Antonio Pires de Campos a que já mandei chamar chegue a esta Vila, determino que os padres partam juntamente com ele, a cuidarem da redução do gentio, fazendo logo diligência para aldearem [...] A parte mais a propósito para a criação desta aldeia é junto ao Rio das Velhas [...] (NORONHA, 1749).

E em outra carta, também direcionada ao rei, de 1751:

[...]. Supostas todas estas utilidades e atendendo haverem pedido os gentios Arachás, missionários, determinou-se que o Pe. José de Castilho passasse para Rio das Velhas e que fizesse suas casas, uma capela e plantasse roças [...] (NORONHA, 1751a).

¹⁴ Ao longo desse artigo serão usadas duas formas de grafia deste termo: “Cayapó” com “C” e Kayapó com “K”. A primeira será utilizada quando a referência forem os grupos históricos que, a partir da segunda década do século XVIII, são mencionados pelos documentos históricos. E a segunda será usada quando a referência forem os grupos etnografados pela moderna etnologia.

Santana do rio das Velhas foi então edificada nas vizinhanças do aldeamento do rio das Pedras e, logo após sua inauguração, o governador de Goiás notificava que o aldeamento tinha:

[...] boas casas para a assistência dos padres, capela para dizerem missa, muitas e largas acomodações para os índios, porque ainda que fossem duzentos casais todos poderão viver sem aperto [...] (NORONHA, [1751] 1980b).

Com base nessas evidências, Santana do rio das Velhas foi construído com grandes despesas da Fazenda Real e devia ser um aldeamento modelo para a região, pois além de possuir clérigo e capela, intenção catequizadora, sua localização poderia ainda servir como base para os índios nele aldeados protegerem o caminho de Goiás dos ataques Cayapó; já que o aldeamento ficava “[...] junto ao Rio das Velhas porque com ela se segurar melhor aquele caminho e ficará menos exposto às hostilidades que nele têm feito repetidas vezes o gentio Caiapó” (NORONHA, 1749). Mas, ao ser inaugurado, a preocupação foi em relação a sua efetiva ocupação. Foi nesse contexto que o aldeamento, embora não tenha recebido indígenas Araxá, se tornou espaço de convivência, relação e agenciamento de diferentes sujeitos.

Como aldeamento missionário e quartel de soldados, Santana recebeu não apenas indígenas de diferentes etnias, mas também sujeitos de diferentes camadas da sociedade colonial. Em 1751, o jesuíta José de Castilho pediu ao governador de Goiás para casar as mulheres Bororo do aldeamento (NORONHA, 1751b) e por isso, de certo, por ele trafegaram os Bororo, grupo Jê do Brasil central, que Antônio Pires de Campos tinha aldeado alguns anos antes na região. Mas, a esse grupo de índios Bororo, transformados em tropas para atacar e defender o caminho de Goiás dos ataques Cayapó, se juntavam constantemente mestiços. Desde 1741 haviam instruções firmes para o alistamento obrigatório de Carijós e bastardos forros nas guerras contra esse grupo indígena (MASCARENHAS, [1741] 1896c, p.165-166). Se lembrarmos que Carijó foi nome dado no século XVIII a índios escravizados, e bastardo o nome dado a indivíduos de ascendência indígena (MONTEIRO, 1994), fica evidente que as tropas lideradas por Pires de Campos eram nitidamente mistas, o que se confirma ainda por dois outros casos: na prontidão dos governadores em providenciar, quando necessário, aventureiros para assistir o coronel (MASCARENHAS, [1748] 1896b, p. 211); e no fato dele mesmo, ao descer de Cuiabá em 1748, ter trazido bororos e bastardos (MASCARENHAS, [1748] 1942, p. 215).

Na intenção de povoar o aldeamento de Santana, em junho de 1750 o governador de Goiás, d. Marcos Noronha (1980a), em carta ao sertanista Antônio Pires de Campos mencionou que ao aldeamento também poderiam se recolher índios Cayapó, provavelmente resultado das guerras de aprisionamento. Desde aquela primeira leva de bororos e bastardos que chegaram para residir no aldeamento, já constavam índios Cayapó.

[...] haver chegado a Goyaz o coronel da conquista do gentio Cayapó vindo de volta de Cuyabá de onde dizem que trouxera bastante gente de sua comitiva, entre bastardos e bororos além de uma aldeia dos mesmos que em seu caminho metera de paz e trouxera o cacique deles e um Caiapó que tinha cativado e de que o mesmo cacique fizera oferta ao mesmo Pires e os mais os deixes ficar [...] (MASCARENHAS, [1748] 1942, p. 215-216).

Assim, aos bororos e mestiços, somaram-se também cayapós. Não bastasse esse fato para dar ao aldeamento de Santana uma conotação híbrida e complexa, a esses grupos indígenas dos Jê e aos mestiços, sob administração de um sertanista e de um jesuíta, se somaram ao longo dos anos grupos de outras etnias, entre os quais o Tupi. No final de

1750, por ordem do governador, Antônio Pires de Campos “seguiu para fazer contato com os gentios Tapirapé, Manguarirubas e Curumarê que são de língua geral [...]” (NORONHA, [1751] 1982, p. 43-46). Mesmo em face da dificuldade de identificação dos dois últimos grupos mencionados (Manguarirubas e Curumarê), não só porque o documento os identifica como de “língua geral”, mas sobretudo por estar claro que os Tapirapé são modernamente classificados como grupos da família linguística Tupi-Guarani, parece claro que o aldeamento de Santana abrigou grupos indígenas Jê, Tupi, mestiços e autoridades coloniais e eclesiásticas.

De acordo com fontes posteriores, até aproximadamente 1775 se somou a esse contingente inicial grupos de índios pertencentes a outras etnias, como Javaé, Karajá, Paresi e Xacriabá (LOURENÇO, 2015; MORI, 2015). Os dois primeiros são grupos classificados como falantes da língua Karajá do Tronco Macro-Jê, assim como os Xacriabá, linguisticamente aparentados aos Xavante, são falantes da língua Akuén do Tronco Macro-Jê; enquanto os Paresi são um grupo Aruak. Em vista dessas fontes, grupos indígenas de diferentes famílias linguísticas (Cayapó, Bororo, Karajá e Akuen) do Tronco Macro-Jê, grupos Tupi-Guarani e grupos Aruak conviveram no aldeamento ao lado de mestiços.

Quando, no início do século XIX, Saint-Hilaire (1848) passou pelo aldeamento de Santana, a mesma situação indígena multiétnica foi registrada. Ele localizou Santana em uma colina próxima a um córrego que desaguava no rio das Velhas e contabilizou cerca de trinta casas de adobe cobertas de palha e uma praça quadrangular ocupada por uma pequena igreja (SAINT-HILAIRE, 1848, p. 283-284). Ao se referir à sua população, afirmou:

Les traditions uniformes des Indiens-Bororós attribuent aux jésuites la première fondation de l'Aldea de Santa Anna et, suivant les mêmes traditions, ce village fut originellement habité par des Indiens de la côte. A ceux-ci Antonio Pires de Campos réunit, comme on l'a vu plus haut, quelques Indiens Carajás et Tapirapés, habitants des hords lile l' Araguaya, au m lrd de la province Cette po pulation mélangée mourut, se dispersa ou se, fondit parmiles descendants des Bororós, e, en 1775, on la remplaça par un certain nombre-de Chicribás, nation qui vivait dans les déserts du Parannán et s'était étendue jusque sur les rives du S. Francisco, dans la partie septentrionale de Minas (SAINT-HILAIRE, 1848, p. 284-285).

A informação do ilustre naturalista confirmou, para o século XIX, a mesma composição étnica que se formou no aldeamento ao longo do XVIII: índios da costa e Tapirapé (tupis), Cayapó, Carajá, Bororo e Xacriabá (jês) e mestiços. E foi além, pois informou que a língua Xacriabá era ainda conhecida por alguns habitantes de Santana e que esses índios eram muito menos misturados do que os do aldeamento vizinho de rio das Pedras (SAINT-HILAIRE, 1848, p. 286).

Em face desses dados, é fácil supor que a forte presença indígena em Santana significou um processo de acomodação dupla, não só porque os indígenas passaram a viver em um contexto novo, como às vezes, e à revelia da administração colonial e dos poderes eclesiásticos, esses grupos mantiveram línguas, laços de sociabilidade e formas de organização tipicamente indígenas. A respeito disso, já no primeiro ano de existência do aldeamento, o padre jesuíta José de Castilho pediu para casar as mulheres bororós, pois:

O sitio de Antonio Pires de Campos, não é outra coisa senão o serralho [harém] em que estão vivendo a lei da natureza, tanto ele com seus amigos, e parciais, e como nenhum deles há de querer largar as ocasiões, precisamente hão de embarçar que V. Rma. faça as suas obrigações e procure casar as índias (NORONHA, 1751b.)

Como já alertou Monteiro (1994, p. 36), poligamia e concubinato também foram estratégias dos sertanistas para firmarem alianças e adentrarem à lógica política indígena, e isso justificaria sua prática nos aldeamentos do Triângulo Mineiro. Afinal, seja como quartel ou como espaço missionário, a existência dos aldeamentos dependeu inevitavelmente de uma certa acomodação ao modo indígena. Em Santana isso pode ser observado tanto nas relações sexuais e familiares, como no uso das línguas, pois além das línguas Jês faladas ainda no século XIX, deviam ser também usadas a língua geral (língua dos contatos entre índios e não índios) e o português. Ainda a esse respeito, outro naturalista viajante do século XIX que passou pelos aldeamentos do Triângulo Mineiro, assistiu danças indígenas na aldeia vizinha a de Santana, Rio das Pedras, que denominou de “Cururu” e “Taiá” (ESCHWEGE, 1996, p. 119). Em ambas, a dança tipicamente indígena foi orquestrada por guitarras, tamborins e maracás. Portanto, de todos os lados pareciam haver imbricações e superposições de instrumentos, técnicas, interesses e signos oriundos das diversas matrizes culturais que compunham o contexto do aldeamento.

A complexidade que se formou em torno desses novos espaços sociais, e que aparece refletida no acervo arqueológico do sítio MG 81, não pode ser compreendida à base dos modelos assimétricos de relações políticas e culturais geradoras dos conceitos de sincretismo, aculturação e mestiçagem que obscureceram a participação consciente dos indígenas na história.

No lugar da fábula, até certo ponto reducionista, da miscigenação, deve brotar uma análise mais complexa que considere, na sua dimensão histórica, os processos de interpenetração e intersecções culturais, de coexistências espaciais e sucessões temporais de relações entre diferentes alteridades. Isso pode mostrar, ao contrário da velha história indígena, que os aldeamentos foram o resultado de uma constante negociação histórica, motivada por aspectos pragmáticos e culturais dos diferentes agentes, sujeitos e categorias em relação. Nesses novos espaços sociais, a multiplicidade de sujeitos, signos e interesses em negociação formaram os ingredientes para o surgimento de um novo coletivo, cujas formas de sociabilidade, organização e cultura foram híbridas. Não só os indígenas aldeados criaram vínculos sociais e culturais entre si, muitas vezes à revelia da administração colonial, como os sertanistas, para adentrar à lógica política indígena, também se adaptaram ao seu modo de vida. Para dar conta dessa nova realidade, alguns autores já denominaram esses índios dos aldeamentos de índios coloniais (SPALDING, 1982), índios misturados (OLIVEIRA, 1998; 2016), índios cristãos (CARVALHO Jr., 2005) etc. Seja como for, os espaços dos aldeamentos, e o próprio aldeamento de Santana, podem ser mais bem interpretados a partir da visão decolonial de uma nova história indígena que insiste em pensar, se não o agenciamento coletivo, ao menos o protagonismo individual dos indígenas.

Na situação dos aldeamentos, as várias categorias em relação que deram origem a esse novo índio não se fundiram, não se neutralizaram e não competiram. Em relação negociada, elas construíram fronteiras híbridas e porosas (BARTH, 1998), entre-lugares (BHABHA, 1998) onde se cruzaram, se sobrepuseram, se retraíram e se expandiram uma multiplicidade de agenciamentos históricos, cuja representação aproximada seria a de uma mandala cuja forma resulta em encontros e imbricações de diferentes arranjos nos quais “cada ponto de intersecção possível pode gerar mesclas híbridas e sobreposições de duas, três, quatro ou mais possibilidades, todas não necessariamente duradouras [...]” (MANO, 2018, p. 27). Nesse lugar, não há espaço para aculturação, sincretismo ou miscigenação, mas para interculturalidades (LA CADENA, 2006) ou transculturalidades (ORTIZ, 1963), nas quais os desarranjos e os rearranjos, as transformações e as permanências são mutuamente dependentes das ações dos diversos sujeitos envolvidos.

Por isso, mais do que representar uma Tradição, a coleção em tela pode ser interpretada como o resultado dessa complexa rede de contatos.

A partir dessa perspectiva, a Arqueologia aqui desenvolvida vai se ater aos indícios presentes no registro arqueológico procurando perceber intercâmbios, modificações, adaptações e trocas, pois tem a compreensão de que a cultura é fruto de um conjunto de intersecções e de movimentos dinâmicos que vão sendo construídos ao longo do tempo, a partir de diversas interações sociais, como bem apontam Silva e Noelli (2016, p. 6), ao afirmarem que:

um aspecto fundamental desta nova agenda de pesquisas é a crítica ao pressuposto de que as populações indígenas se comportaram passivamente frente aos projetos colonialistas das nações europeias. Cada vez mais fica evidente que, ao contrário de sucumbirem, a maioria dos povos indígenas reelaborou suas identidades e tradições culturais a partir do contato com os europeus (SILVA; NOELLI, 2016, p. 6).

ACERVOS ARQUEOLÓGICOS MUSEALIZADOS: POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÕES, RESSIGNIFICAÇÕES, ALTERIDADES E ETNICIDADES INDÍGENAS.

Em certa medida, o contexto indígena multiétnico plasmado durante os séculos XVIII e XIX é ainda presente na existência de remanescentes indígenas em contexto urbano de cidades da região. São sujeitos que se declaram pertencentes a diferentes etnias, tais como Kayapó, Guaraní, Kadiwéu, Terena, Tupinambá, Xakriabá, Katu-Awá, entre outras, cuja diversidade está em conformidade tanto com o contexto arqueológico, quanto com o contexto histórico e etnográfico regional. No período recente, a história indígena no Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba-MG tem se consolidado por trajetórias e ações de sujeitos e movimentos que têm reivindicado para si o direito constitucional de auto afirmarem-se indígenas, mesmo que no meio urbano¹⁵. Existem em ação muitas tratativas, inclusive com a participação do Ministério Público, para o reconhecimento social desses grupos, às quais se somam projetos de resgate das memórias e histórias desses indivíduos.

Nesse tocante, um dos desafios aqui é o de tangenciar a situação dos acervos gerados a partir de pesquisas arqueológicas e salvaguarda em ambientes de empreendimentos, refletindo sobre possibilidades de gestão, produção de pesquisas e a inter-relação com sua comunidade de sentido. Ou em outros termos, os processos de musealização e extroversão desses acervos devem envolver as comunidades indígenas em contexto urbano de cidades da região e possibilitar a elas, caso queiram, apropriarem-se e atribuírem sentidos e significados próprios, caso venham a se identificar e estabelecer relações com aqueles acervos.

Aqui, cabe acrescentar também que no decorrer de uma década estabelecemos aproximações, diálogos, trocas acadêmicas e compartilhamos atividades de extensão e de luta, até junto ao MPF, com aquela comunidade¹⁶. Assim, acreditamos que no novo espaço

¹⁵ Destacamos a Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena da Região de Araxá – ANDAIA, e o Movimento dos Indígenas não Aldeados do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba – MInA.

¹⁶ Em 2011 representamos junto à FUNAI (Administração Executiva Regional de Governador Valadares – MG) a formação de um Grupo de Trabalho para atender as reivindicações desses indígenas. Entre 2012 e 2015 compartilhamos o projeto de extensão “Índios Lecionando” (cadastrado na PROEXC – UFU) com apresentações e palestras dos índios nas escolas públicas de Uberlândia. Em julho de 2015 colaboramos na organização, no desenvolvimento e na representação junto à FUNAI da Pré-conferência de Política Indigenista do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba- MG. Entre 2017 e 2018 elaboramos parecer técnico sobre os Indígenas em contexto urbano no Triângulo Mineiro para o Escritório de Assessoria Jurídica Popular da UFU que instruiu inquérito civil público para reconhecimento social desse coletivo. Em março de 2018, participamos, como decorrência, da Audiência Pública chamada pelo MPF. Além disso, em mais de uma ocasião esses indígenas têm participado como palestrantes e conferencistas em eventos por nós organizados, tais como: Aproximações entre Antropologia, História e Arqueologia no estudo de Tecnologia e Cultura Indígena. INCIS UFU, outubro de 2016; II Congresso étnico-racial: descolonização em tempos de retrocesso, FACIP, UFU, novembro, 2017;

os acervos arqueológicos do MAnA-UFU poderão ampliar o debate a serem motes para promoção de diálogos entre acervos musealizados e agenciamentos coletivos e/ou protagonismos individuais de grupos e sujeitos, em uma perspectiva colaborativa, pois, como já apontou Silva, “tal pressuposto de investigação pretende superar o modelo colonialista tradicional da prática da arqueologia, buscando evidenciar a pluralidade das vozes interpretativas sobre o passado” (SILVA, 2015, p. 5).

Como sugerem Velden (2018), Silva (2002) e Oliveira (2015), apropriações e ressignificações de vestígios arqueológicos por parte dos grupos indígenas do presente têm fortalecido os processos de etnificação, fundação ou até mesmo refundação de suas ancestralidades. Tais agenciamentos possibilitam, inclusive, questionar a relação direta entre provas arqueológicas e identidades étnicas e, por isso, podem ter também consequências importantes sobre as formas de gestão, guarda e extroversão dos acervos. Neste último caso, talvez possa não mais interessar apenas a natureza técnica ou estética dos artefatos, mas também as apropriações e interpretações cosmológicas e políticas que os indígenas produzem a respeito dos acervos que a eles dizem respeito e/ou dos quais se apropriam ou reivindicam. Esse aspecto também abre desafios e possibilidades profícuas embasadas nos pressupostos da museologia social, uma vez que iniciados os trabalhos do MAnA-UFU, e com a guarda do acervo, as opções de gestão e extroversão poderão incluir, caso assim queiram, a participação da comunidade indígena, no que tange a valorização de suas histórias, memórias, tradições locais, alteridades e identidades.

Nesse sentido,

A Museologia Social, entendida como uma nova forma de pensar e fazer museologia está intimamente relacionada aos processos museológicos diferenciados dos convencionais, dentre os quais se destacam os museus de território, os museus de comunidade e os ecomuseus. [...] refletindo sobre a forma como os museus e a sociedade se relacionam e sobre o entendimento do que constitui o patrimônio e a memória, criando um elo entre o espaço, a comunidade e o patrimônio (FERNÁNDEZ, 1999 *apud* PAIVA; ALVES, 2019, p. 2).

Assim, o acervo em tela poderá contribuir para discussões em torno de dois outros temas inter-relacionados. Primeiro, acerca da condição de ser índio no momento presente, sobretudo no meio urbano; e, segundo, sobre as possibilidades de gestão compartilhada, já que o acervo pode tornar-se referência aos grupos e organizações indígenas em suas ações culturais, políticas e de organização. Temos, então, por um lado, a possibilidade do acervo como referência a processos de (re)construção de identidades e alteridades reivindicadas, e, por outro, a oportunidade de repensar as coleções a partir das próprias categorias (dos) indígenas.

Para isso, os vestígios arqueológicos podem ser entendidos não como provas de continuidades históricas, mas como elementos passíveis de diferentes interpretações, apropriações, significações e ressignificações, sempre móveis e porosas (VELDEN, 2018; SILVA, 2002; OLIVEIRA, 2015), que espelham sentimentos de pertencimento em parte de sujeitos e grupos que neles venham a se reconhecer, e a eles se filiem. Portanto, essa possibilidade nos leva à reflexão de que “ser índio” no Brasil contemporâneo pode significar também o ato de reivindicar para si uma especial condição de pertença a determinado grupo étnico-cultural indígena (ALMEIDA, 2013), para os quais os objetos podem servir de registro físico.

A respeito disso, Silva escreveu sobre os Asurini que

Antropologia em cena. INCIS UFU, maio de 2019; 5ª Semana de Museus do ICH UFU: Museus para a Igualdade, Diversidade e Inclusão. ICHPO UFU, 2020; entre outros.

É preciso entender a incorporação dos vestígios arqueológicos no cotidiano Asurini – independentemente de uma continuidade histórica comprovada entre eles e aquelas populações que os produziram – como um dos aspectos da construção e manutenção da sua identidade étnica na medida em que são elementos materiais que falam para eles sobre a sua ancestralidade e contribuem para a manutenção da sua memória cultural (SILVA, 2002, p. 10).

Novas identidades étnico-culturais não significam, necessariamente, permanências e continuidades de elementos ancestrais e tradicionais, pois podem, também, se tratar de novas ressignificações e novos sentidos e significados. Assim, o sentimento de pertença e a opção de filiar-se, cultural e politicamente, a determinadas narrativas de etnicidades se apresentam como forte elemento de afirmação de identidades e alteridades que, no presente, e por meio do “trabalho da cultura”, questionam arraigadas concepções e tradições, e

que exige um encontro com o ‘novo’ que não seja parte do continuum do passado e presente. Ele [o trabalho da cultura] cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Esta arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado reconfigurando como um ‘entre lugar’ contingente, que inova e irrompe a atuação do presente. O ‘passado presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia de viver (BHABHA, 2001, p. 84).

Por fim, acreditamos que esse acervo poderá intermediar formas de apropriações, agenciamentos e ressignificações de suas narrativas, memórias, mitos e etnicidades. E, como já apontou Silva (2002, p. 1), agenciar, “diferentes possibilidades interpretativas do passado e ressaltar a necessidade de um compromisso interdisciplinar na definição da posse e manutenção dos territórios indígenas e na preservação do patrimônio arqueológico nelas existente”.

Em consequência, esse diálogo também tangenciará novas propostas de gestão, guarda e extroversão do referido acervo. Por isso, seu Plano de gestão e salvaguarda buscará incorporar a participação ativa e colaborativa, por parte dos grupos autodeclarantes indígenas da região, o que propõe o desafio de se criar espaços colaborativos, com definições de papéis e formas de participação já estabelecidas no regimento do MAnA-UFU.

Nesse sentido, um dos motes da nova gestão e guarda desse acervo será o de colocá-lo, quando possível, em relação às pesquisas maiores e mais abrangentes, na confluência da Arqueologia com a Etnologia, a História e as populações indígenas atuais. Esse horizonte abre possibilidades, mas também desafios museográficos, expográficos e de gestão no trato com o acervo em questão, ainda a serem explorados, considerando, inclusive, os dilemas próprios à museologia social, no qual o paradoxo:

[...] é justamente o de delimitar até que ponto a Museologia Social é uma inovação no campo museológico ou se ela é apenas um dos múltiplos aspectos que compõem o próprio conceito de Museologia, acentuado pelos movimentos e demandas da sociedade contemporânea (FERNÁNDEZ, 1999 *apud* PAIVA; ALVES, 2019, p. 9).

Em face dos possíveis diálogos até aqui abertos entre o acervo que o MAnA UFU abrigará, a etnohistória e as populações indígenas atuais, levantamos inúmeras questões relacionadas à sua gestão, guarda e extroversão. A própria trajetória do mesmo, de acervo *in situ* a acervo musealizado que, após 25 anos de sua constituição e responsabilidade por parte da CEMIG, se encontra em processo de definição de sua nova guarda, já indica vários caminhos e desafios para as possibilidades de institucionalização de salvaguarda e gestão de acervos arqueológicos no momento. Mas, privilegiamos, aqui, uma

aproximação com alguns pressupostos e etapas da cadeia operatória da Museologia que podem servir para lançar um novo olhar e um novo tratamento a esse acervo. Em especial, um olhar que o reintroduza nos processos dinâmicos de sua produção, uso e descarte no passado, e nos processos de apropriação, significação e uso no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria R. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.
- ALVES, Daniella S. *Do alto da espia: gentios, calhambolas e vadios no sertão do Campo Grande - século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- ASNIS, Gabriel Z. P. *Da guerra à paz? Dicotomias que escondem múltiplos caminhos: análise histórica sobre os “Cayapó” aldeados em Maria I e São José de Mossâmedes*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- BARTH, Frederik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CARVALHO Jr., Almir D. de. *Índios Cristãos - A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- CEMIG-IESA. *Programa de Salvamento Arqueológico da UHE Miranda. Atividades do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Paraná*. Relatório Final. Estudos Ambientais, Belo Horizonte, 2001.
- CEMIG-LEME. *Programa de Salvamento Arqueológico da UHE Nova Ponte. Atividades do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais*. Relatório Final - Estudos Ambientais, Belo Horizonte, 1995.
- ESCHWEGE, Wilhelm L. von. *Brasil – novo mundo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.
- GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades – índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- LA CADENA, Marisol de. The Production of Other Knowledges and Its Tensions: from Andeanist Anthropology to Interculturalidad? In: RIBEIRO, Gustavo & ESCOBAR, Arturo (eds.) *World Anthropologies: Disciplinary Transformations within Systems of Power*, Oxford: Berg, 2006, p. 201-224.
- LEME ENGENHARIA. *Manual de Operação. Acervo e Mostra Arqueológicos*. Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Leme Engenharia. Belo Horizonte. MG. 1995.
- LOURENÇO, Luís A. B. Populações indígenas e política indigenista no Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX. In: FERREIRA FILHO, Aurelino (Org.) *Índios do Triângulo Mineiro*. Uberlândia: EdUFU, 2015, p. 25-56.
- MANO, Marcel. Da Tradição à Cultura: problemas de investigação nos estudos das ocupações indígenas no Planalto Meridional Brasileiro. *Revista Albuquerque*, v. 10, n. 19, p. 8-34, 2018
- MANO, Marcel. Negros e Índios nos sertões das minas: contatos e identidades. *Varia História*, vol. 31, n. 56, p.511-546, 2015.
- MANO, Marcel, RODRIGUES, Robson A., FERREIRA Filho, Aurelino J. Patrimônio Arqueológico indígena no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba-MG: Ações de Preservação e Proteção de Acervos no Ambiente da Universidade Federal de Uberlândia. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, vol. 33, n.1 p. 141-167, 2020.
- MASCARENHAS, d. Luís. Carta ao Conde de Galveas. São Paulo, 14/02/1748. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 66. São Paulo: Tipografia do Globo, 1942, p. 213-216.

- MASCARENHAS, d. Luís. Registro de um bando sobre a guerra que se pretende fazer ao gentio Cayapó, Vila Boa, 17/02/1745. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 22. Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896a, p. 185-187.
- MASCARENHAS, d. Luís. Regimento que há de observar Antônio Pires de Campos, Vila Boa, 15/07/1748. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 22. Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896b, p. 210-213.
- MASCARENHAS, d. Luís. Bando sobre os bastardos e carijós serem alistados para as companhias de conquista do gentio Cayapó, Vila Boa, 27/12/1741. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, vol. 22. Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896c, p. 165-166.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MORI, Robert. *Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e etnogênese no sertão do Gentio Cayapó (Sertão da Farinha Podre) séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- NORONHA, d. Marcos. Carta de D. Marcos de Noronha ao Rei, Vila Boa, 24/01/1751. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 10, p. 43-46, 1982.
- NORONHA, d. Marcos. Carta de Vila Boa, 27 de junho de 1750, de D. Marcos de Noronha ao cel. Antônio Pires de Campos, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 9, p. 120-121, 1980a.
- NORONHA, d. Marcos. *Carta ao Padre Bento Soares*, Vila Boa, 16/03/1751. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n.9, p.130-131, 1980b.
- NORONHA, d. Marcos. *Carta ao rei D. João V*. Vila Boa, 29/12/1749 Arquivo Histórico Ultramarino. Códice AHU-ACL-CU-008, cx. 5, d.427.
- NORONHA, d. Marcos. *Carta ao rei D. José*. Vila Boa, 24/01/1751a Arquivo Histórico Ultramarino AHU-ACL-CU-008, cx. 6, d.465.
- NORONHA, d. Marcos. Carta do Conde de Arcos ao pedido do jesuíta José de Castilho. Vila Boa, 28/06/1751b Arquivo da Universidade de Coimbra. Coleção Conde de Arcos. Códice: VI-III-I-I-25 Carta 98 p. 82 v.
- OLIVEIRA, Jorge E. de. Arqueologia de Contrato, Colonialismo Interno e Povos Indígenas no Brasil. *Amazôn, Rev. Antropol.* (Online) 7 (2), p. 354-374, 2015.
- OLIVEIRA, João P. de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2016.
- OLIVEIRA, João P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, vol.4 (1): 47-77, 1998.
- ORTZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Dirección de Publicaciones. Universidad Central de Las Villas, 1963.
- PAIVA, Isadora dos Santos; ALVES, Fátima. Da museologia social ao inventário participativo: patrimônio, território e desenvolvimento. *Cadernos NAUI*, vol. 8, n. 15, jul-dez. 2019.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyage aux sources du rio de S. Francisco et dans le Province de Goyaz*, tome second. Paris: Librairie de le Société de Géographie, 1848.
- SILVA, Fabíola A. Mitos dos Asurini sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu – Pará. *Rev. Horizontes Antropológicos*, vol. 8, n. 18, p. 175-187, 2002.
- SILVA, Fabíola A. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. *Revista de Antropologia* 58(2)-2015.

- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 27: 5-20, 2016.
- SOUZA, Leticia M. S. de. *Relatório de Vistoria Técnica: acervo arqueológico da UHE Nova Ponte – CEMIG, Nova Ponte/MG*. Superintendência do IPHAN no Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- SPALDING, Karen. *Essays in the political, economic, and social history colonial Latin America*. University of Delaware Press, Newark, 1982.
- VELDEN, Felipe V. Cacos de espíritos: aproximações entre Antropologia e Arqueologia no caso Karitiana em Rondônia. *Amazôn. Rev. Antropol.* (Online) 10 (1): 182 - 208, 2018.